



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

**PARECER N° \_\_\_\_/2023.**

Parecer n° 0\_\_\_\_/2023 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final sobre o Projeto de Lei n° 062/2023 que autoriza alienação de bens imóveis, de autoria de sua Exceiência o Prefeito Mário Alexandre Corrêa de Sousa.

**I. RELATÓRIO:**

Trata-se de parecer desta comissão acerca da legalidade e constitucionalidade de Projeto de Lei n° 062/2023, de autoria do Prefeito Mário Alexandre Corrêa de Sousa, que autoriza alienação de bens imóveis no âmbito do município de Ilhéus.

*Justifica o autor da matéria que a “manutenção e conservação de imóveis sem utilização pela Municipalidade gera custos elevados ao poder público, além de abrir a possibilidade de transformar prédios e áreas públicas, desertos e inabitados, em ambientes propícios à invasão e ao cometimento de práticas delituosas, resultando na degradação do ambiente e das condições de segurança, com a consequente desvalorização do patrimônio”.*

A matéria tramita na forma das disposições regimentais.

É o breve relato dos fatos.



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

## II. DA FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, cumpre registrar que a proposta em tela cumpre o dispositivo constitucional que estabelece o rol de matérias cuja competência para legislar seja dos municípios, na forma do artigo 30, inciso I que assim diz:

### Art. 30. **Compete aos Municípios:**

#### **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

Havendo o relevante interesse público e desde que, haja autorização legislativa, pode o Município promover a venda dos seus bens, conforme disposição dos artigos 98 caput e 101 do Código Civil brasileiro, que prevê a natureza e trata sobre a transferência de bens públicos:

Art. 98. **São públicos os bens** do domínio nacional pertencentes às **pessoas jurídicas de direito público interno**; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

(...)

Art. 101. **Os bens públicos dominicais podem ser alienados**, observadas as exigências da lei.

Sobre os procedimentos necessários para alienação de bens, a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim dispõe no artigo 17, inciso I:

Art. 17. **A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público** devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa** para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, **dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência**, dispensada esta nos seguintes casos:

Igualmente, a LOMI no art. 105, inciso I, assim trata o tema:

Art. 105. **A alienação de bens municipais**, subordinada à



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

**existência de interesse público** devidamente justificado, **será sempre precedida de avaliação** e obedecerá às seguintes normas:

I. **quando imóveis**, dependerá de **autorização legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade de leilão**;

Ante o exposto, não vislumbramos óbice ao regular tramitação da matéria objeto do Projeto de Lei nº. 062/2023, sob os aspectos de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

### III. DO VOTO DO RELATOR:

Preenchido os requisitos da Lei Complementar 95/98 e demais legislações vigentes, manifestamos nosso voto pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 062/2023**, e por tanto digna de prosseguir ao crivo do Egrégio Plenário.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 2023.

  
**IVO EVANGELISTA DOS SANTOS**  
Relator



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

#### IV. DO VOTO DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final acompanham o voto do relator, **OPINANDO PELA APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 062/2023 que “autoriza alienação de bens imóveis”, de autoria de Sua Excelência o Prefeito Mário Alexandre Corrêa de Sousa.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2023.

**IVO EVANGELISTA DOS SANTOS**

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

**ENILDA MENDONÇA DE OLIVEIRA**

Vice-Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

**EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS**

Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.